



Consultoria e Treinamento  
em Gestão Pública

**CONVIDA**

# Curso em **CURITIBA - PR**

Dias 25, 26, 27 e 28 de  
Março de 2025.



## **RESPONSABILIDADE DOS AGENTES POLÍTICOS: ORÇAMENTO PÚBLICO, CONTROLE INTERNO E JULGAMENTO DAS CONTAS MUNICIPAIS**

### **MODO MENTORIA**

A mentoria será conduzida de forma interativa, com estudo de casos práticos e análise detalhada das normativas vigentes e das decisões judiciais mais relevantes.

O objetivo é promover um aprendizado mais profundo e engajado, onde os participantes não apenas absorvem informações, mas também as aplicam, refletem sobre elas e contribuem para o processo educativo.

Estendendo o aprendizado do tema exposto para os 30 dias subsequentes, de forma on-line, através de video-chamadas, ligações, video-conferências, garantindo a efetiva aplicação do conteúdo aprendido.

# Programação

**Dia 25/03/2025 – Das 15:00h as 17:00h**

Credenciamento e inscrições de alunos.

**Dia 26/03/2025 – Das 14:00h as 17:00h**

Palestra: Fundamentação Jurídica e Atualizações Legislativas, Introdução ao Controle Externo na Administração Pública

**Dia 26/03/2025 – Das 09:00h as 10:00h**

Confirmação das Inscrições e credenciamento dos alunos. Entrega das Apostilas e material de apoio.

**Dia 27/03/2025 – Das 09:00h as 11:30h**

Palestra: Responsabilidade dos Agentes Políticos, Orçamento Público: Estrutura, Licitações, Gestão, Controle Interno: Papel das Câmaras Municipais, Julgamento das Contas do Prefeito

**Dia 26/03/2025 – Das 10:00h as 12:00h**

Mentoria realizada individual ou em grupo, abordando os temas relacionados ao curso

**Dia 27/03/2025 – Das 14:00h as 17:00h**

Palestra: Impactos do Julgamento na Elegibilidade, Aspectos Práticos e Boas Práticas na Gestão Pública, Estudo de Casos e Jurisprudência Relevante

**Dia 28/03/2025 – Das 09:00h as 11:00h**

Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos Certificados.

## Conteúdo Programático

### Fundamentação Jurídica e Atualizações Legislativas, Introdução ao Controle Externo na Administração Pública

Constituição Federal: artigos relevantes (art. 31, art. 71, entre outros). Lei Orgânica do Município e normas locais sobre contas públicas.  
Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000): princípios e implicações para a gestão pública.  
Alterações legislativas recentes e jurisprudência atualizada sobre o tema. Conceito e objetivos do controle externo.  
Tribunais de Contas e Câmaras Municipais: atribuições e competências. Controle político versus controle técnico-jurídico.

### Controle Interno: Papel das Câmaras Municipais, Julgamento das Contas do Prefeito

Importância do controle interno no acompanhamento da gestão pública. Estrutura e organização de sistemas de controle interno nas Câmaras.  
Acompanhamento das metas fiscais e dos indicadores de gestão. Prevenção de irregularidades e suporte à análise das contas públicas. Parecer prévio do Tribunal de Contas: natureza e relevância.  
Competência das Câmaras Municipais no julgamento das contas. Consequências da rejeição de contas: inelegibilidade e outros efeitos. Exemplos de irregularidades que levam à rejeição.

### Responsabilidade dos Agentes Políticos, Orçamento Público: Estrutura e Gestão. Licitações

Responsabilidade administrativa, civil, penal e política dos agentes públicos. Funções e deveres do prefeito na gestão orçamentária e financeira. Licitações. Infrações mais comuns e suas consequências.  
Princípios do orçamento público: legalidade, transparência, equilíbrio e eficiência. Ciclo orçamentário: elaboração, aprovação, execução e controle. O papel da Câmara Municipal no processo orçamentário: aprovação e fiscalização.

### Impactos do Julgamento na Elegibilidade, Aspectos Práticos e Boas Práticas na Gestão Pública, Estudo de Casos e Jurisprudência Relevante

Análise da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Ficha Limpa). Inelegibilidade decorrente da rejeição de contas.  
Possibilidades de defesa e recursos administrativos e judiciais. Estudos de casos de sucesso e más práticas na gestão orçamentária. Ferramentas para aprimorar a transparência e eficiência na administração pública.  
Oficinas práticas: simulações de análise de contas públicas. Decisões recentes do STF e STJ relacionadas ao tema. Análise de pareceres técnicos emitidos por Tribunais de Contas. Discussão de exemplos práticos de rejeição e aprovação de contas. Debate sobre os desafios contemporâneos da administração pública.



Professor Normélio Schneider  
(45) 99934-1188

### Coordenadoras



Angélica - (45) 99837-0304



Elizabeth - (45) 99833-5400



Jakeline - (45) 99989-0604

**VALOR DA INSCRIÇÃO: R\$ 2.690,00.**

Incluso material de apoio, apostilas, certificado e coffee break.

**Empenhamento e Depósito em nome de:**

**RAS - CONSULTORIA e TREINAMENTO EM GESTAO PUBLICA LTDA.**

**CNPJ 22.094.483/0001-73**

**PIX: 22.094.483/0001-73**

**AG 4639-6 - C/C 8080-2**

**Banco do Brasil**

### INSCRIÇÕES

Site: [www.nstreinamentos.com.br](http://www.nstreinamentos.com.br)

E-mail: [contato@nstreinamentos.com.br](mailto:contato@nstreinamentos.com.br)



**LOCAL: Hotel Nikko.**  
**Rua: Barão do Rio Branco – 546**  
**Curitiba – PR.**  
**41-2105-1808**

**Obs: Entrega de Certificado**  
**somente com mínimo de**  
**75% de participação.**

A programação deste curso pode ser alterada sem aviso prévio, bem como o cancelamento e inclusão de novos professores.



**Público-alvo:** Dirigentes, Chefes de Gabinete e Gestores de Entidades Públicas Municipais, Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, comissões em geral, bem como aos Prefeitos, Secretários, Diretores, Presidentes, Vereadores e Assessores Parlamentares.

### **CURRICULUM: DR. WILLIAN ALVES DE SOUZA**



**Palestrante**

Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (2023). Especialista em Direito Público pelo Centro Universitário União das Américas (2020). Especialista em Direito, Compliance e Gestão de Riscos pelo Centro Universitário União das Américas (2020). Especialista em Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito do Trabalho pelo Centro Universitário de Maringá (2012). Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (2010). Advogado Público e Palestrante em eventos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na área pública. Autor do livro "Controle Jurisdicional de Políticas Públicas no Processo Coletivo: instrumentos para a efetivação do direito fundamental à educação no âmbito municipal".

### **OBJETIVO e METODOLOGIA**

Este curso foi desenvolvido com o propósito de capacitar Vereadores, Servidores, Assessores, Prefeitos e Vice-Prefeitos para compreender a Estrutura Normativa: Fornecer uma visão detalhada da legislação aplicável, incluindo a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal, as normas sobre controle interno e as legislações locais. Explorar o Ciclo Orçamentário: Ensinar os participantes a interpretar e acompanhar o ciclo orçamentário (PPA, LDO e LOA), com foco no papel das Câmaras Municipais na aprovação e fiscalização do orçamento público. Diferenciar Responsabilidades: Esclarecer as responsabilidades administrativa, civil, penal e política dos agentes públicos, com foco especial no prefeito e nos vereadores. Aprofundar o Controle Interno: Destacar a importância dos sistemas de controle interno nas Câmaras Municipais para monitorar a gestão pública e prevenir irregularidades. Entender o Julgamento de Contas: Explicar as etapas e competências no julgamento das contas do prefeito, desde a análise técnica do Tribunal de Contas até a decisão política da Câmara Municipal. Analisar Impactos Jurídicos e Políticos: Discutir as consequências da rejeição de contas, incluindo a inelegibilidade, e as possibilidades de defesa em âmbito administrativo e judicial. Promover Boas Práticas: Proporcionar orientações sobre práticas de gestão transparente e eficiente, que respeitem os princípios constitucionais e legais aplicáveis à administração pública. Estudo de Casos e Exercícios Práticos: Aplicar o aprendizado em situações reais por meio de estudos de casos, análises de jurisprudência e oficinas práticas, capacitando os participantes para lidar com desafios na gestão pública. Controle Interno da Câmara e sua aplicação prática. Mandato e composição da Câmara, destacando a Mesa Diretiva e suas funções. Processos de deliberação, sessões legislativas e proposições. Dominar as etapas do processo legislativo, com foco em: Elaboração de proposições legislativas, como projetos de lei, decretos legislativos e resoluções. Processos de sanção, promulgação e publicação das leis. Regras para a iniciativa das matérias, determinação do quórum, análise de recursos e cumprimento de prazos.



# Sejam Bem Vindos!

Grupo

**NIS**

**RAS**

Treinamentos em  
Gestão Pública

Consultoria e Treinamento  
em Gestão Pública

[www.nstreinamentos.com.br](http://www.nstreinamentos.com.br)